**1 Ata da 40ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades realizada nos dias
2 24, 25 e 26 de março de 2014.**

4No dia 24 de março de 2014, no auditório do Ministério das Cidades, nesta
5cidade, deu-se início aos trabalhos da 40ª Reunião do Conselho das Cidades -
6ConCidades mediante convocação de seus membros, conforme o Regimento
7Interno deste Conselho. **1.** O Secretário-Executivo do Ministério das Cidades,
8Carlos Vieira, convidou um representante de cada segmento, os Secretários
9Nacionais e o Ministro das Cidades, Gilberto Occhi, para comporem a mesa **2.**
10 Ministro cumprimentou os presentes e em seguida o Secretário-Executivo
11propôs a aprovação da pauta e do calendário de reuniões para o exercício de
122014. **3.** A seguir foi aberto um momento de interação entre o Ministro e os
13Conselheiros. **4.** Houve uma exposição sobre a importância da participação do
14Conselho na 7ª edição do Fórum Urbano Mundial, que será realizada na
15Colômbia, propondo-se um ponto de pauta para discussão sobre a participação
16dos Conselheiros no Fórum. **5.** Também foi solicitada a inserção de um
17momento para discussão do Manual de Garantia da Lei e da Ordem (Portaria
18Normativa nº 3.461, de 19 de dezembro de 2013, do Ministério da Defesa -
19reeditada pela Portaria Normativa nº 186, de 31 de janeiro de 2014) e o Projeto
20de Lei nº 499/2013 do Senado Federal, “Lei Antiterrorismo”, em vista do
21descontentamento dos segmentos que compõem o colegiado, que consideram
22que tanto o Projeto de Lei quanto o Manual podem levar criminalização dos
23movimentos sociais que, historicamente, lutam por melhores condições de vida
24no país. **6.** Com o acréscimo das novas proposições a pauta foi aprovada. **7.**
25Passou-se para aprovação da Ata da 38ª Reunião do ConCidades (a 39ª
26Reunião do ConCidades foi realizada durante a 5ª Conferência Nacional das
27Cidades realizada de 20 a 24 de novembro em Brasília). **8.** O Conselheiro
28Nazareno solicitou a correção da ata na página 4 para destacar que a
29resolução do Pacto Nacional de Mobilidade Urbana havia sido aprovada. **9.** A
30ata foi aprovada com as devidas alterações. **10.** O Ministro informou que abrirá
31internamente a discussão sobre o Fórum Urbano Mundial, mas ressaltou que
32só é possível garantir a participação de representantes do Conselho nesse
33evento internacional com o devido respaldo legal. **11.** Quanto à discussão da
34Proposta do Projeto de Lei que institui o Sistema Nacional de Desenvolvimento
35Urbano, o Secretário-Executivo informou que o Ministério já notificou à Casa
36Civil da Presidência da República para que se proceda à publicação do Grupo
37de Trabalho Interministerial. **12.** Sobre o Programa Minha Casa Minha Vida -
38PMCMV foi apontado que o teto de R\$1.600,00 tem impedido muitas pessoas,
39que antigamente se enquadravam no Programa, de receber a habitação.
40Ressaltou-se que, hoje, existe um hiato entre o teto do Programa e as famílias
41ou cidadãos solteiros que recebem até três salários mínimos, dado que nessa
42faixa de renda eles não são contemplados por nenhum programa. Também foi
43solicitado que o PMCMV e a compra antecipada fossem tratados como
44prioridade pelo governo. **13.** Foi relatado ao Ministro que, apesar de terem
45assento no Conselho, vários órgãos do Governo Federal não têm participado
46das reuniões. **14.** Solicitou-se que o Ministro participe e negocie em todas as
47reuniões. **15.** O Ministro, na qualidade de presidente do Conselho, sugeriu a
48convocação de uma reunião extraordinária para o encerramento do 4º Mandato
49do ConCidades. **16.** Foi realizada uma pausa para o almoço e às 15 horas os
50trabalhos foram reiniciados. **17.** Passou-se então ao primeiro ponto de pauta:
51Apresentação do Relatório do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos à

52 Moradia Adequada pela Diretora Mirna Quinderé da Secretaria Nacional de
53 Habitação e deliberação das recomendações priorizadas pela Secretaria. **18.**
54 Após a apresentação abriu-se a palavra ao plenário. **19.** Criticou-se a utilização
55 do PMCMV como instrumento de legitimação das remoções de pessoas. Outro
56 problema informado foi o fato de as prefeituras não negociarem coletivamente
57 com as famílias nos casos de remoção. **20.** Criticou-se, ainda, a falta de
58 homologação das Resoluções aprovadas, deliberadas pelo Pleno. **21.** Após a
59 discussão do plenário iniciou-se a elaboração de uma proposta de trabalho
60 para acompanhamento das recomendações do relatório. **22.** Decidiu-se pela
61 aprovação de uma resolução para instituição de força tarefa para monitorar as
62 recomendações prioritárias. **SEGUNDO DIA 1.** O Secretário Nacional de
63 Saneamento Ambiental, Osvaldo Garcia, e o Diretor Ernani Ciríaco de Miranda
64 foram convidados, pela Diretora de Desenvolvimento Institucional, em
65 exercício, Egláisa Micheline Pontes Cunha para comporem a mesa. **RELATO**
66 **DO COMITÊ TÉCNICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL:** **1.** O Diretor Ernani
67 informou que já foram concluídas as indicações para a composição do Grupo
68 de Trabalho Interministerial do PLANSAB - GTI PLANSAB. **2.** Informou-se
69 sobre o balanço das atividades da Secretaria em apoio aos planos municipais e
70 do curso à distância disponibilizado no Portal Capacidades. Comunicou-se a
71 prorrogação dos prazos acerca dos planos municipais por meio do Decreto nº
72 28.211, de 21 de março de 2012. **3.** Foi feito um convite para que o Ministério do
73 Meio Ambiente realize um relato sobre o Plano Nacional de Resíduos Sólidos,
74 na próxima reunião do Comitê Técnico de Saneamento. **4.** Foi apresentada,
75 pelo Conselheiro Landa, uma proposta de Moção de apoio à luta dos sem-tetos
76 em Uberlândia. **Ponto de Pauta: 1.** Terminado o relato de Saneamento abriu-
77 se a palavra para discutir sobre o Manual de Garantia da Lei e da Ordem e da
78 ida dos Conselheiros ao Fórum Urbano Mundial. **2.** Debateu-se o Decreto
79 sobre o “terrorismo”, ressaltando-se que o assunto fora solicitado como ponto
80 de pauta da 40ª Reunião, na última reunião da Coordenação-Executiva da 5ª
81 CNC. Definiu-se que o assunto será pauta da Reunião Extraordinária. **3.** Foi
82 lida uma Moção de apoio à luta de uma comunidade que está sofrendo ação de
83 despejo em Uberlândia. Solicitou-se que o Secretário Nacional de
84 Acessibilidade e Programas Urbanos intermediasse o conflito. **4.** Houve
85 reclamação por não ter sido destinada vaga para participação do segmento
86 empresarial no Fórum Urbano Mundial, que todos os segmentos deveriam
87 estar representados sem discriminação e sem distinção. **5.** Em relação aos
88 Conselheiros que irão ao Fórum Urbano Mundial foi votado e aprovado que
89 deverão na próxima reunião entregar um relatório das atividades
90 desempenhadas no evento. **6.** Solicitou-se que a pauta da Reunião
91 Extraordinária contenha um debate sobre as Resoluções da 5ª Conferência
92 Nacional das Cidades, bem como, que contemple um balanço dos Comitês
93 Técnicos. **RELATO DO COMITÊ DE MOBILIDADE URBANA:** **1.** O Diretor
94 Marco Motta iniciou informando sobre Resolução do Comitê de Articulação
95 Federativa – CAF, que criou um grupo de trabalho para propor em oito meses
96 as medidas para o Pacto Nacional de Mobilidade Urbana. Esclareceu que a
97 Resolução Recomendada que dispõe sobre a implantação do Pacto, aprovada
98 tanto pelo Comitê de Mobilidade quanto pelo pleno do Conselho na 38ª
99 Reunião, não foi publicada porque constatou-se a necessidade de alguns
100 ajustes. Assim essa Resolução foi recolocada em votação e aprovada com as
101 alterações. **2.** Foi proposta e aprovada a Resolução Administrativa que institui o

102 grupo de trabalho para acompanhar a elaboração do Pacto Nacional de
103 Mobilidade Urbana. **RELATO DO COMITÊ DE HABITAÇÃO:** 1. Foi relatada a
104 participação do Ministério das Cidades no Seminário Diálogo Índia-Brasil-África
105 do Sul no qual a SNH apresentará resultados de estudos que contratou com a
106 Universidade Federal do ABC. 2. Foram apresentados dois termos de
107 cooperação, o primeiro com a Universidade Federal do Rio de Janeiro
108 destinado ao desenvolvimento de pesquisas sobre sustentabilidade
109 habitacional e o segundo destinado a capacitação de técnicos da região
110 metropolitana do Rio. 3. Foi apresentada a segunda edição do Ensino a
111 distância, EAD, sobre trabalho social. 4. O CTH tratou ainda das propostas de
112 prioridades para o Ministério, afetas ao tema habitação, aprovadas na 5ª
113 Conferência Nacional das Cidades. 5. Em relação à fidelidade aos instrumentos
114 do Estatuto da Cidade sugeriu-se que se elaborassem cartilhas com
115 experiências de Municípios que tivessem implementado algum instrumento do
116 estatuto. 6. Após debate sobre a doação de terras públicas para a construção
117 de conjuntos habitacionais, foi apresentado o balanço do PAC, o que deu início
118 à discussão sobre a necessidade de retomada dos investimentos na
119 urbanização de assentamentos precários. 7. Também apresentou-se o balanço
120 da execução do Programa Minha Casa Minha Vida, que resultou na proposta
121 de resolução que trata da ampliação de metas para o Programa. A Resolução
122 foi aprovada. **RELATO DO COMITÊ DE PLANEJAMENTO:** 1. Leticia Teixeira,
123 representante da Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos,
124 iniciou o relato. Colocou-se a questão do Grupo de Trabalho Conflitos e
125 solicitou-se que a Secretaria se posicionasse formalmente sobre a
126 coordenação, pelo Ministério das Cidades, do Grupo de Trabalho de Conflitos
127 Fundiários Urbanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da
128 República. O Secretário-Executivo afirmou que haverá protagonismo por parte
129 do Ministério das Cidades mesmo sem coordenar o GT, já que realmente não
130 há estrutura para sustentar a coordenação. 2. Em relação ao GT Conflitos
131 relatou-se a necessidade de que este se reúna na próxima Reunião
132 Extraordinária do Conselho que ocorrerá em maio. 3. Outra questão colocada
133 foi a necessidade do aumento de recursos para a urbanização de
134 assentamentos precários, bem como para o Programa Papel Passado. 4.
135 Sugeriu-se dois temas de pauta para as próximas reuniões: um vinculado ao
136 GT Conflitos que se relaciona com a campanha da função social da
137 propriedade, e outro a respeito da utilização dos instrumentos do
138 Parcelamento, Edificação Compulsória e IPTU Progressivo. 5. Procedeu-se a
139 votação da proposta de resolução que altera a Resolução nº 34 para
140 contemplar mudanças realizadas no Estatuto da Cidade. A Resolução foi
141 aprovada. 6. A seguir a Resolução Recomendada que trata do programa de
142 Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários foi
143 apresentada e aprovada com alterações. 7. Solicitou-se que em alguma futura
144 reunião do Conselho a regularização fundiária seja tema de conjuntura. 8. Foi
145 apresentada e aprovada, com alterações, a Resolução que cria o Grupo de
146 Trabalho de Acessibilidade. 9. Foi apresentada e aprovada a Resolução que
147 solicita informações, aos Estados e aos Municípios, sobre grandes
148 empreendimentos, como os direcionados à Copa e Olimpíadas. 10. Foi
149 apresentada e aprovada, com alterações, a Resolução que dispõe sobre a
150 constituição de força tarefa composta por membros do GT Conflitos e do
151 Conselho de Direitos Humanos da Presidência da República, para efetuar o

152monitoramento das recomendações prioritárias selecionadas pela SNH no
153Relatório Final do GT Direitos Humanos à Moradia Adequada, **11**. Foi proposta
154uma resolução sobre os despejos de Uberlândia, mas diante da urgência para
155serem desenvolvidas ações de mediação, optou-se por um acordo no qual a
156SNAPU entrou em contato imediato com as autoridades locais para apaziguar
157a situação. Solicitou-se notificar os Conselhos Municipal e Estadual.
158**Terminado o relato do Comitê de Planejamento abriu-se a palavra para a**
159**discussão de assuntos pendentes. 1.** A Conselheira Neusinha solicitou para
160constar em ata que o Prefeito de Uberlândia tem um compromisso inarredável
161com a política habitacional. **2.** Foi apresentada e aprovada a Resolução
162referente à solicitação para a formação de uma Comissão Especial contra a
163Criminalização dos Movimentos e Organizações Sociais do Conselho das
164Cidades. **3.** Ficou acordado que a Seconcid está autorizada a realizar
165alterações, que não modifiquem o sentido do texto, em caso de controvérsia
166por parte da CONJUR. **4.** Foi apresentada e aprovada a Moção de Repúdio ao
167Manual Garantia da Lei e da Ordem e o Projeto de Lei do Senado nº 499/13. A
168Coordenadora da reunião considerou cumprida a pauta, agradeceu a presença
169de todos e deu por encerrada a reunião.

170

171

172

173

174

Gilberto Occhi
Presidente do Conselho das Cidades